

ACTA N.º 13

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-09-23**

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretária, respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----  
Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----  
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, Palmira Maria Lopes Pereira, Maria João Gil dos Santos Grácio, Dominique Gaspar Ventura, Carlos Manuel Dores Alves e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação independente**, os senhores: -----  
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----  
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, a senhora: -----  
Catarina Alexandra da Costa Cabral da Silva. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----  
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----  
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----  
Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: --  
Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a senhora Vice-Presidente, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Anabela Valente de Carvalho, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luís José da Silva Forinho. -----

----- O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes bem como aqueles que nos seguem via online. --

----- Foi dada a palavra à primeira secretária da Assembleia, **Dr.ª Fernanda Alves**, que procedeu à leitura dos elementos, já anteriormente empossados, que se encontram a substituir os deputados que requereram substituição por período inferior a trinta dias: -----

----- **Palmira Maria Lopes Pereira**, substituiu o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **Maria João Gil dos Santos Grácio**, substituiu a deputada Susana Paula de Matos Vieira da Cruz, por esta ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **Carlos Manuel Dores Alves**, substituiu o deputado Leonardo de Pinho Rodrigues, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

---

----- Foi ainda dado posse à Senhora **Catarina Alexandra da Costa Cabral da Silva**, que substituiu o deputado Bruno Filipe Nunes Nascimento e Melo, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- Entrou-se de imediato no Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata n.º 12, à apreciação e posterior votação. -----

#### ACTA NÚMERO DOZE:

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Vamos aprovar esta ata, sendo que requeremos que seja aditada a menção ao processo que se fez com a nossa deputada Fernanda Alves, em relação à CPCJ, que não consta. E foi um processo que aqui esteve na Assembleia e, portanto, deve constar em ata. Gostava que ficasse sumariamente escrito o que é que se passou. -----

----- Do ponto de vista formal, nós elaborámos um documento que foi assinado e apresentado pela Assembleia. Eu não o vi e eu acho que ele devia ser aqui referenciado. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente**: Após análise da ata, o Senhor Presidente referiu que o documento se encontra transcrito na página vinte, pelo que colocou a ata à votação. -----

#### VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO ONZE:

----- A Ata número doze foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Fez uso da palavra o **senhor Presidente da Assembleia**: Peço que as vossas intervenções sejam concisas, objetivas e claras e que façam chegar todas as declarações de voto, por escrito/e-mail, aos Serviços da Assembleia, para que possam ficar exatamente como foram pronunciadas. -----

----- Informar também o público que, quem quiser intervir, pode fazê-lo no período destinado para o efeito, solicitando previamente, através de inscrição que se encontra disponível no Serviço de apoio à Assembleia. -----

----- E recorde também que, de acordo com o Regimento desta Assembleia, todas as deliberações são aprovadas em minuta. -----

----- Informar também que todo o expediente foi enviado em formato digital para os senhores deputados. -----

----- Informar também que a última comunicação que recebi, mais recente, teve a ver com a eleição da nova presidente da CPCJ, a professora Cristina Matos e eu vou dar dois segundo de palavra à Senhora deputada Fernanda Alves. -----

----- Fez uso da palavra a senhora **deputada Fernanda Alves**: As minhas funções na CPCJ terminam amanhã e no dia vinte e seis foi feita a votação para eleger a nova/o presidente da CPCJ. Neste caso, uma nova presidente, a representante da Educação passa a ser a nova Presidente da CPCJ no Entroncamento. -----

----- Da minha parte, quero agradecer a confiança desta Assembleia e daquelas pelas quais estive em representação na CPCJ. Espero não ter defraudado as expectativas e desejar aos elementos que estão da Assembleia na CPCJ, um excelente trabalho. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Vamos analisar os documentos que chegaram à Assembleia Municipal. -----

----- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal, apresentaram o seguinte voto de pesar, pelo falecimento do senhor engenheiro Carlos Alberto Pato das Neves: -----

#### VOTO DE PESAR

*“A bancada do Partido Socialista à Assembleia Municipal do Entroncamento, apresenta à consideração desta assembleia o presente voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Carlos Alberto Pato das Neves.* -----

---

*Carlos Alberto Pato das Neves foi um cidadão de reconhecidos méritos no desenvolvimento da nossa comunidade. Reconhecido como um cidadão ativo, de causas e fiel às suas convicções, foi também distinto autarca e dirigente associativo do nosso concelho. ----- O esforço que sempre colocou ao serviço das causas públicas, quer no Município do Entroncamento, onde foi Presidente desta Assembleia Municipal, quer na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, como Presidente da Assembleia Geral, deve perdurar na memória coletiva como exemplo de determinação, comprometimento e dedicação à comunidade. -----*

*Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar reconhecerá indubitavelmente a sua dimensão social e humana, que merece um profundo respeito e a admiração de todos, indo muito além das funções institucionais para as quais sempre se disponibilizou abnegadamente e com grande entusiasmo. -----*

*Pelo seu percurso, exemplo de vida e contributo para o desenvolvimento do nosso concelho, propõe-se que esta Assembleia delibere: -----*

*- Aprovar o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento; -----*

*- Manifestar as mais sentidas condolências à família enlutada. -----*

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: O PSD acompanha este voto de pesar e manifestamos também as nossas sentidas condolências à família e também ao Partido Socialista, por um digno representante e autarca que foi o Engenheiro Pato das Neves. -----

----- Tive também o grato privilégio de partilhar com ele algumas acesas discussões e reconhecimento que foi um Autarca com “A” grande nesta cidade. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o Voto de Pesar apresentado pela bancada do Partido Socialista:

**VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR:** -----

----- O Voto de Pesar apresentado pela Bancada do Partido Socialista, foi **aprovado por unanimidade**, com vinte e três votos, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos deputados Independentes, um voto do Partido Chega, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social Partido Popular, um voto do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Deu também entrada uma “Proposta de Recomendação” da bancada do Partido Socialista: -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **deputado Ricardo Antunes**: Antes de mais, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e todos os deputados aqui presentes; cumprimentar também os senhores Vereadores e todos aqueles que assistem a esta sessão aqui hoje, com público, e também a todos aqueles que nos seguem em casa através da transmissão em direto.

----- Vou passar a ler, pois julgo que não demorará muito tempo. -----

**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

*«O direito à habitação é uma condição basilar da dignidade humana. -----*

*O Município do Entroncamento aprovou a sua Estratégia Local de Habitação no final do terceiro trimestre de 2021. Nesta eram identificadas as carências, referenciadas situações de condições habitacionais indignas e definidas um conjunto de intervenções. -----*

*Além desta dimensão, permitia também pôr termo ao abandono do Bairro Vila Verde, propriedade da Infraestruturas de Portugal, que através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), será em breve disponibilizado no mercado de arrendamento através do Programa Arrendamento Acessível. -----*

*De acordo com o INE, no Entroncamento, a mediana dos preços por m<sup>2</sup> dos novos contratos de arrendamento dos últimos 12 meses, no 2.º semestre de 2021, era de 3,92€/m<sup>2</sup>. Infelizmente, os dados mais recentes do INE são os relativos ao 2.º semestre de 2022, 4,58€/m<sup>2</sup> (+ 16.84%). Mas olhando para os imóveis disponíveis para arrendamento nos dias de hoje na nossa cidade em plataformas especializadas e agências imobiliárias, a mediana*

---

dos preços por m<sup>2</sup> será claramente superior a 7,00€/m<sup>2</sup>, o que representará um aumento de cerca de 80% face ao 2.º semestre de 2021. -----

Se um conjunto de políticas públicas como o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e o mais recente Passe Ferroviário Nacional, permitiram manter e trazer de volta muitos jovens com ligações à nossa cidade e outros que assim a escolheram para viver e se realizar, este anormal crescendo do preço das rendas contribuirá para afastar esse enorme potencial humano para a nossa cidade e para a nossa comunidade. -----

As consequências são obviamente dramáticas para muitas famílias e, sobretudo, para as gerações mais jovens que adiam a sua emancipação, a sua realização e o seu futuro. -----

Não obstante de criar políticas públicas que incutam outra dinâmica ao mercado do arrendamento, nomeadamente, junto do parque habitacional privado devoluto, é por esta brusca alteração do mercado do arrendamento que existe também uma emergente necessidade de reabilitar e construir habitação pública que dê resposta imediata no alargamento da oferta no mercado de arrendamento no Entroncamento a custos compatíveis com os rendimentos das pessoas, protegendo-as da especulação imobiliária. -----

O Programa Arrendamento Acessível (Dec. Lei n.º 68/2019, de 22 de março), não sendo um mecanismo de apoio direcionado para pessoas com situações de grave carência financeira, é um importante mecanismo que abrange e visa apoiar uma larga franja da população, enquadrada na classe média, que cada vez mais se debate com dificuldades no acesso a uma habitação adequada às suas necessidades das suas famílias (são elegíveis agregados com rendimentos brutos anuais até 35.000€ (1 pessoa), 45.000€ (2 pessoas), sendo acrescidos 5.000€ por cada elemento adicional do agregado familiar acima de 2 pessoas. -----

Os imóveis colocados no mercado de arrendamento através deste programa podem ser propriedade do IHRU, mas também de privados, mediante um conjunto de condições e incentivos. O valor máximo das rendas é estabelecido pela Portaria n.º 176/2019, de 6 de junho, que no caso do Entroncamento, o valor máximo de um T3 são 425 euros. -----

Outra característica é que os contratos são estabelecidos por 5 anos, permitindo estabilidade. -----

Todos os candidatos elegíveis são admitidos a um processo de sorteio pelo IHRU para atribuição da habitação. -----

Na reunião da Câmara Municipal do Entroncamento de 19 de setembro de 2023, foi reprovada a minuta de um acordo tripartido entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), o Município do Entroncamento e o IHRU, para a construção de 100 habitações a integrar do âmbito do Programa Arrendamento Acessível. -----

Isto representa um investimento superior a 17,3 milhões suportado a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência/IHRU. -----

Os municípios têm responsabilidades perante os seus cidadãos, mas todos sabemos que a estrutura de receita de um município como o nosso, nunca poderá acomodar com fundos próprios a disponibilização de habitação no mercado de arrendamento em quantidade e em tempo suficiente para influenciar os preços. Seria uma irresponsabilidade renunciar a esta oportunidade. -----

A criação desta oferta habitacional é crucial para ajudar as famílias e os jovens que queiram fixar-se no concelho respondendo simultaneamente às carências habitacionais que comprovadamente o mercado não responde neste momento e no futuro ter mecanismos que permitam mitigar este tipo alterações nos custos de habitação. -----

**Neste sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal do Entroncamento que:** -----

1. Reaprecie e aprove do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o Município do Entroncamento e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., cujo objeto principal é a construção de habitações no Entroncamento para

---

*arrendamento no âmbito do Programa Arrendamento Acessível (Dec. Lei n.º 68/2019, de 22 de março)» -----*

----- Pede a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Este é um tema que carece aqui de alguma calma para falarmos nele. -----

----- O Partido Social Democrata não tem nada contra a habitação a custos controlados, não tem nada contra a habitação social. O PDS é um partido que se preocupa com as pessoas que têm necessidades e entende que os municípios, tal como o Estado na sua globalidade, deve ajudar a resolver o problema das pessoas. -----

----- Dita que está esta premissa, para depois não perdermos tempo a acusarmos de coisas que a gente não diz, eu gostava de dizer aqui que é convicção nossa que, não é por haver programas que dão dinheiro para isto ou para aquilo, que nós temos de ter isto e aquilo no Entroncamento. Não é por haver um programa que dá dinheiro para fazermos biblioteca, que nós temos de ter uma biblioteca. Nós não precisamos de uma biblioteca! Aqueles quatro milhões é dinheiro nosso. -----

----- E agora a pergunta é: Nós precisamos de mais cem casas? É que não estava na Estratégia Local de Habitação! Precisamos de mais cem casas? É a pergunta que fica no ar. -----

----- Cem casas, para cem agregados familiares. Eu pergunto, o Entroncamento está a pensar, de A a Z, de maneira a que, quando entram mais cem agregados familiares, nós temos os recursos escolares suficientes para meter aqueles meninos e meninas vindas daquelas famílias? Será que temos os nossos serviços de saúde dimensionados de forma a ter médico de família para todos aqueles pais e mães e meninos e meninas, daqueles cem agregados familiares? É que não temos. -----

----- O Entroncamento tem de ser pensado, tem de ser pensado de A a Z. Não podemos estar sempre a querer coisas porque há dinheiro e a não querer coisas porque não temos quem nos apoie. Está na altura do Estado e do Governo olhar para nós e dar-nos aquilo que a gente precisa. -----

----- Nós precisamos de uma Estação. Temos uma vergonha de uma estação ferroviária e ninguém nos dá dinheiro para melhorar a estação! E não há fundos para concorrermos à Estação. Mas vamos ter mais cem casas. Cem casas para uma terra que não tem infraestruturas de educação, de saúde, de justiça, de transportes, para receber mais cem agregados familiares. Esta é a questão. -----

----- Em resumo, e porque acho que já perceberam o nosso ponto de vista, nós não vamos apoiar essa recomendação. Os nossos vereadores, quando tomaram a decisão que tomaram na Câmara Municipal, tomaram com a informação que tinham à data, que lhes pareceu a melhor e nesse sentido fizeram aquilo que entenderam melhor. Isto passou-se há oito dias. Que eu saiba, ainda não nos foi dada qualquer informação complementar, ou que contrarie aqueles pressupostos que levaram àquela decisão. Assim sendo, nós não vamos contrariar isso. Que fique dito aqui, publicamente registado. -----

----- Contam integralmente com o PSD, e eu falo pelos membros da Assembleia Municipal e neste momento até poderei falar pelos vereadores, que poderão contar connosco quando quiserem de A a Z, pensar o Entroncamento. E pensar o Entroncamento, é pensar que queremos mais gente para o Entroncamento, mas como é que os vamos acolher, a par daquelas etnias e daquelas raças, que já temos e que são muitas, e que eu também não sei se estamos a acolher como devíamos. A Câmara tem um sociólogo? A Câmara tem um psicólogo a tempo inteiro? Não devia ter uma equipa multidisciplinar para tomar conta destes temas? E vão trazer para cá mais cem famílias, que ainda por cima não são famílias oriundas do Entroncamento, que eu não sei de onde é que vêm! Mas não tenho problema nenhum em não saber de onde é que vêm, tenho é de ter condições de os acolher! Podem ser de qualquer raça, de qualquer etnia, de qualquer origem, eu tenho é de ter condições para as acolher. Não é só fazer casas, porque há dinheiro para fazer casas. -----

----- Portanto, nesse sentido, nós não vamos acompanhar a vossa recomendação. -----

---

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Céu Carvalho**: Boa noite a todos. Efetivamente, nós, Bloco, pensamos de forma diferente. É do conhecimento geral a dificuldade de muitas famílias terem uma habitação digna. Famílias de baixos ou médios rendimentos, que enfrentam uma carga em que as rendas de casa e as prestações bancárias crescem de dia para dia, para além do razoável e da forma incompatível com os apertados orçamentos familiares.

----- Ora o direito a uma habitação digna, não pode ser negado a ninguém. Aliás, esse direito é reconhecido pelo artigo septuagésimo quinto da Constituição da República Portuguesa, como se transcreve: *“todos tem direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Para assegurar esse direito, incumbe ao Estado, programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transporte e de equipamento social. Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais...”*. É exatamente este o objetivo da construção de cem fogos para renda acessível referidos na recomendação aqui apresentada pelo Partido Socialista. -----

----- Há largos anos que o Bloco de Esquerda vem colocando a necessidade de o Município aumentar a parte habitacional público. Apresentamos, inclusivamente, em várias ocasiões, várias fórmulas que o permitiriam, mas o PSD primeiro e, depois o PS, foram fazendo ouvidos moucos às propostas afirmando que, ou o problema não existia, ou porque a Câmara não teria vocação para gerir esse edificado. Vemos com satisfação que, finalmente, se começam a dar alguns passos para enfrentar o problema, com muito atraso, é certo, mas no bom sentido. -----

----- No caso em apreço, na recomendação apresentada pela bancada do PS, relativa à Quinta de Santo António, trata-se de construir cerca de cem fogos com renda acessível, sem necessidade de investimento por parte do Município, com a vantagem adicional de *desintensificar* a construção no centro da cidade, evitando maior dispersão urbanística e potencializando a utilização dos equipamentos sociais existentes em deslocações curtas a pé, ou em transportes públicos. Ganham, ou ganhariam, as famílias que a irão habitar, ganha a cidade e ganha o ambiente. -----

----- Virá, a propósito, recordar que esta intervenção do Estado e das Autarquias no mercado habitacional, para além de constituir o imperativo com vista a assegurar o direito Constitucional a uma habitação digna, não é nenhuma medida extremista saída de meios radicais. O extremismo está, pelo contrário, na escassíssima percentagem de dois por cento do parque habitacional público no nosso país. Comparado, por exemplo, com trinta por cento da habitação pública nos países baixos, os vinte e sete por cento na Áustria, sessenta por cento em Viana, os doze por cento em Praga e em Bruxelas e quase quarenta por cento em Paris. ---

----- Associamo-nos, pois, à recomendação aqui apresentada pela Bancada do Partido Socialista, independentemente de se tratar de um pequeno, mas significativo passo, eventualmente de se poder discordar de um ou outro aspeto acessório deste processo de construção de cem fogos para renda acessível. No final, os interesses de quem cá vive, ou pensa viver, devem prevalecer sobre as visões partidárias que, ainda que legítimas, são demasiado pequenas perante a grandeza do objetivo que perseguimos - assegurar uma habitação digna a quem dela precisa. O nosso concelho merece, dos seus responsáveis políticos, maturidade e grandeza, sem prejuízo da afirmação da diversidade das suas opiniões e das suas propostas, permitindo desse modo a reapreciação deste projeto por parte do Executivo Municipal a respetiva aprovação, sem sentimentos e com os olhos postos naquilo que é essencial. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Boa noite a todos. -----

----- Façamos o seguinte exercício: Um jovem licenciado, vinte e três anos, acabou o seu curso e vai ganhar para o mercado de trabalho, mil euros. Começa a ter as suas ideias, está

---

farto de estar em casa dos pais e decide morar fora de casa. Aos preços de hoje, com mil euros, o jovem não compra nenhuma casa no Entroncamento. Pode comprar, não tem é dinheiro para a reabilitar. Mas também não arrenda nenhuma casa no Entroncamento. Preocupando-nos ou não com as crianças, é tudo uma questão de gestão. -----

----- Eu próprio tenho uma filha a estudar numa escola fora daqui, em que a gestão é feita por turnos. Custa a todos os alunos levantar às seis da manhã para estar às oito? Custa. Mas as escolas estão rentabilizadas ao máximo. Ou seja, a educação não é um facto que seja contraditório a esta ideia, a esta proposta. -----

----- Depois, analisemos ainda um outro fator. Precisamos urgentemente de fixar quadros no Entroncamento. Temos vindo, e os números do INE não me irão deixar mentir, mas nos próximos cinco anos iremos baixar abruptamente a média mensal de rendimento per capita. A todos nos deve preocupar. Porquê? Porque quem está a fixar-se no Entroncamento, são pessoas com arrendamentos descontrolados, onde os especuladores metem dez, vinte, trinta pessoas, como já foi relatado pelas autoridades do Entroncamento dentro de uma habitação T3. Como é que nós vamos fazer alguma coisa disto? E este arrendamento é controlado. Não como como nós fizemos há dias de aprovar casas para habitação social! Estamos a tentar aprovar, e perdoem-me, mas não estou a falar do executivo do Entroncamento, o Executivo do Entroncamento é simplesmente o meio, não é nenhum objetivo nem é o fim. Acho que aqui, pensar no Entroncamento, sim, obviamente, não é perder oportunidades como estamos a perder. Eu posso ser amigo de todas as pessoas, não concordando com algumas delas. Eu não posso, eu tenho que discordar absolutamente de não irmos investir porque, o jovem com vinte e três, vinte e quatro anos, não vai conseguir sair da casa dos pais. Estará com trinta anos onde? Na casa dos pais e com quarenta anos estará na casa dos pais! Á espera que os pais morram, sem ser pejorativo, para ter a casa só para ele. -----

----- Porque infelizmente, na nossa cidade, não existe habitação. Estamos com excesso de pessoas. Pois estamos. E porquê? Porque o arrendamento especulativo, é meter trinta pessoas num T3. É impensável e depois, não existe nenhuma lei que proíba isto! E o IHRU tem meios bem documentados que proíbem também isso. -----

----- Ou seja, vamos ter aqui casas para quem? É uma pergunta que nós devemos fazer. Eu sei para quem é, porque o IHRU diz para quem é que são os rendimentos. Eu não me interessa se a pessoa nasceu em Cabo Verde ou se nasceu no Entroncamento. Mas se a pessoa tem nacionalidade portuguesa, se há cinco anos tem rendimentos, se tem um rendimento que não é tão baixo quanto isso que é necessário para poder candidatar-se, porque as candidaturas, quanto mais baixo for o rendimento, também elas são automaticamente excluídas, estamos a perder esta oportunidade porquê? -----

----- Eu já disse isto e já compartilhei isto com alguns amigos meus e há coisas que estão a acontecer que eu não acredito que não sejam meramente política, seja um pensamento abstrato, de parte a parte. Ninguém sai bem na fotografia, nem governo nem oposição. E é necessário que, tanto o governo como a oposição, se sentem, debatam e pensem no Entroncamento, para não perdermos as oportunidades que estamos a perder. Já disse isto há duas ou três assembleias municipais atrás. Porque não podemos perder essas oportunidades. --

----- Eu não quero saber se a biblioteca vai ser construída, eu quero é a biblioteca construída, porque daqui a dez anos, ou seis anos, quando a biblioteca já estiver construída, não vai ser este executivo que vai lá estar. Se quiserem decidir salas só completamente multimédia, podem fazer. A infraestrutura existe. -----

----- Agora perder cem habitações, para pessoas de classe média, para mim, é um “tiro no pé”. Eu vou aprovar. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gomes**: Boa noite a todos os presentes e àqueles que nos veem lá de casa. Eu gostei muito da ilustração que a senhora deputada fez relativamente ao Entroncamento e da forma como fugiu ao cerne da questão, mas essa é a visão de quem não mora no Entroncamento, que é o caso da senhora deputada, não é? Mas,

---

foi a mesma deputada que, a vinte e três de fevereiro, deste presente ano, chegou a esta assembleia e apresentou uma moção da criação da Assembleia Municipal Jovem, porque há necessidade de ter jovens no concelho. Então, como disse o deputado Pedro Gonçalves, se nós fizermos as contas e se formos consultar o que é efetivamente habitação, se formos consultar o IHRU, que eu não fui, a senhora deputada vai perceber que, quem ganha o rendimento mínimo, que são duzentos e nove euros por mês, num ano vai ganhar dois mil novecentos e vinte e sete euros, o que não permite ser eleito para o IHRU. -----

----- Mas o que mais me espanta ainda, foi uma pesquisa que eu fiz e que partilho aqui com a senhora deputada. Este documento, com o símbolo do seu partido, que tem medidas do PSD Entroncamento: “... é necessária uma habitação acessível...” são as vossas propostas. E então, explique-me, se é aquilo que vocês propõem, o que é que têm contra? Não consigo perceber. Acho que há aqui uma falta de coerência da vossa parte. -----

----- Falou também aqui num planeamento estratégico. Efetivamente faz falta, mas eu acho que o PSD, neste momento, está com pensamento estratégico para dois mil e vinte e cinco. Mas nós ainda estamos em dois mil e vinte e três. -----

----- O Entroncamento merece mais, os jovens do Entroncamento merecem mais, mas, como eu acho que a política e a democracia são bonitas, e da minha parte querer colaborar também com vocês e ajudar-vos, de tal forma que, trouxe aqui também uma agenda de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco, para que possam efetivamente fazer este planeamento e apresentá-lo, tanto a bancada do PSD, como os vereadores do PSD. -----

----- Solicitava, por favor, ajuda para entregar esta agenda à bancada do PSD. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Normalmente, os documentos são enviados vinte e quatro horas antes e este, efetivamente, também o foi. E com certeza percebo que a senhora deputada (Paula Carloto) e a bancada não o tenham lido. Mas se acha os argumentos apresentados continuam a valer, não percebo, porque então também não ouviu o que foi lido aqui. -----

----- Não sei se percebeu a alteração que houve, desde a aprovação estratégica local de habitação, no preço mediano por m<sup>2</sup> no Entroncamento! Não sei se percebeu. É que isto demonstra uma coisa. O nosso mercado de arrendamento (e por sempre existir muito pouca oferta), está paupérrimo para aquilo que é a procura. -----

----- Normalmente, o PSD que é muito amigo do mecanismo de mercado, mas sabe que o mercado não está a dar resposta. E efetivamente, há muitos jovens do Entroncamento e outros que escolheram o Entroncamento para se realizarem, alguns que não tinham nenhuma ligação à nossa cidade, mas escolheram-na para viver, se calhar, porque veem coisas boas. Apesar do PSD tentar sempre pôr o cenário de drama, porque é conveniente para o tal cenário que o colega deputado falou de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Como está mais focada nisso, do que propriamente no futuro da cidade, tudo corre mal. --

----- Mas além disso, falou que não é por haver programas que se deve fazer. Concordo. Mas acha que não há necessidade de ter uma intervenção pública na habitação, que acabe com este descalabro que é o aumento brutal das rendas no Entroncamento? O que é abrir um portal imobiliário, como o idealista, e não encontrar um apartamento abaixo de oitocentos euros!? Acha que é aceitável para um jovem que acabou de se emancipar, um técnico superior da administração pública, para termos como referência, que leva pouco mais de novecentos e cinquenta euros líquidos para casa? Acha que é comportável para um jovem se emancipar no Entroncamento? -----

E estou a falar destes, não estou a falar de outros. -----

----- E depois, a velha mistura, que também ocorreu na reunião de Câmara, de tentar misturar este programa de arrendamento acessível com a habitação social e as etnias e que vem para aí gente. Mas quem é que lhe disse que vinham cem famílias? Quem lhe garante que não são famílias de cá e que estão em condições de se candidatar? Há necessidade das pessoas do Entroncamento arrendarem casa e muitos continuam a ter casa arrendada! E que

---

provavelmente hoje, têm contratos de arrendamento a terminar, muitos desses valores muito mais baixos (dentro daquele valor da mediana, dos três euros e noventa e dois por m<sup>2</sup>) que vão ter os senhorios a dizer-lhes que se quiserem ficar, vão ter de pagar oitocentos. Isto não é um drama para essas famílias? Não há falta de dotação no mercado? Não temos nós, agentes públicos, dentro daquilo que é a nossa possibilidade, tentar mitigar isto? Ou vamos continuar a confiar no mercado e se calhar ter casas a mil euros daqui a seis meses? -----

----- E voltando a esta mistura de sempre com a habitação social - e o drama de que vem para cá muita gente - e é só gente má. -----

----- Eu recordo que também muitas vezes nesta Assembleia, e algumas pessoas ainda nesta bancada também estiveram em mandatos anteriores em que falaram várias vezes nisso, da necessidade de nós mantermos essa massa crítica no Entroncamento. Acha que é apelativo, mesmo com os programas que temos, como o passe nacional ferroviário, que permite transporte fácil, mas se encontro um apartamento na Bobadela aos mesmo oitocentos euros que no Entroncamento, muitos deles, se calhar, não pensarão duas vezes, no momento de vida que vivem, um início de vida que é sempre complicado, em ganhar duas horas do seu dia numa viagem. É obvio que nós continuamos a estar perto, não podemos ter é “Sol na eira e chuva no nabal”. Estarmos perto de Lisboa e não aproveitarmos o que isso também tem de bom, é errado. Porque este programa é direcionado para a classe média. -----

----- Outro dos argumentos também aqui colocados, foi que estávamos a dar um salto no precipício, porque as Portarias (que regulam o programa) não tinham saído. Ora, as Portarias existem. É uma coisa simples. Aquilo que nos disse, foi que não lhes tinha sido dada informação (sobre o programa). Senhora deputada, trabalhem! Vão ao site do IHRU e vejam a legislação aplicável ao arrendamento acessível e escusavam de mentir a dizer que a Portaria não saiu. Porque foi aquilo que aconteceu neste processo, reiteradamente. E esse é mais um dos argumentos que cai aqui. -----

----- Depois, a velha história de misturar os assuntos. Várias vezes foi aqui sugerido e foi agora dito desta forma: concorrer a fundos para a Estação. Senhora deputada, desculpe lá, mas quer enganar quem? Quer sugerir às pessoas mais incautas que é a Câmara que vai construir uma Estação nova? Quem construirá a Estação, será a Infraestruturas de Portugal, se definir essa estratégia. Agora que possamos fazer, como fizemos da outra vez, um esforço conjunto, que acho que é tempo disso, para realizar mais pressão junto da Infraestruturas de Portugal, para que efetivamente se resolva o problema da Estação. Aí contem comigo e, como percebi, que poderemos contar consigo. -----

----- A questão do aprofundamento da equipa multidisciplinar, já aqui disse, que também estou de acordo. -----

----- Mas, naturalmente, e mais uma vez, é misturar alhos com bugalhos. Porque aquilo que veio outra vez trazer aqui para cima, para assustar as pessoas do Entroncamento, é que: Atenção, que vem aí uma debandada de etnias que num instante vai transformar o Entroncamento num descalabro. É esse o expediente habitual a que o PSD tem recorrido em relação a este assunto, nesta senda de chumbar coisas que são efetivamente estruturantes para o concelho, apresentando pequenices e depois coisas megalómanas completamente fora daquilo que são as realidades financeiras e aquilo que é o acesso do Município a fundos comunitários, que devem ser aproveitados efetivamente ao máximo. -----

----- E com isto, vou voltar ao início. É que não é por haver programas, que nós temos de fazer. Agora, depois disto, eu não vejo validado nenhum dos argumentos que foi apresentado na reunião de Câmara para chumbar isto aqui hoje. E também lhe vou dizer outra coisa, é que nós temos mesmo de aproveitar os fundos comunitários. Porque a estrutura de receita do Entroncamento, infelizmente, é aquilo que é. Temos de potenciar a indústria para podermos ter mais receitas, podermos criar mais postos de trabalho e ter vida melhor. Quando fala de construir e pensar o Entroncamento de “A” a “Z”, aquilo que eu vejo, é uma tentativa de boicotar o Entroncamento de “A” a “Z”, apenas numa perspetiva eleitoralista, focada em dois

---

mil e vinte e cinco, para não haver nada feito e poderem arrogar essa bandeira. E eu lamento, lamento muito. E por essa mesma razão, é que esta bancada decidiu apresentar esta recomendação, para ver se trazia algum bom senso àquilo que tem sido a posição do PSD. ----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Catarina Silva**: Boa noite a todos. De uma forma geral, somos favoráveis à criação de habitação com custos acessíveis e controlados, para os vários setores da população. Por isso mesmo, não vemos qualquer motivo para que o acordo não seja reapreciado pelo executivo. Contudo, seria importante ficarem acautelados os riscos inerentes aos custos da construção dos cem fogos de habitação, nomeadamente a derrapagem, consequência da inflação, exigindo do Governo garantias para possíveis perdas e mais, ter em atenção também, a necessidade de rever os índices de construção desta área, bem como o Plano de Pormenor. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Isto hoje não está fácil. O senhor deputado fez o favor de inviabilizar completamente qualquer conversa que possa haver com o PSD para definir estratégias para o Entroncamento. -----

----- O senhor acaba de dizer coisas que, o senhor é que disse que há gente má. Nós não dizemos que há gente má. Portanto, que fique claro que esta frase é sua. Para nós não há gente má. Somos todos de carne e osso, independentemente da etnia, da raça, da cor, do sexo. Somos todos iguais. Portanto, que fique isso bem claro. -----

----- O PSD não acha que há gente má. Há gente e somos todos gente. Este é o primeiro ponto. -----

----- Segundo ponto, não estamos aqui a boicotar nem a querer enganar ninguém. Se há coisas que eu faço questão, é fazer os trabalhos de casa e também os meus vereadores e os meus colegas. Portanto, nós quando vimos para aqui, falamos uns com os outros e sabemos do que estamos a falar. Não estamos aqui para boicotar. Porque, e isto é para lhe responder a si, é verdade, eu atualmente não moro no Entroncamento. Mas nasci cá, cresci cá, andei na escola cá, fiz a minha vida toda aqui. Coisa que se calhar, não foi o que aconteceu consigo. Portanto, para dizer que gosto tanto disto e acredito, muito mais do que o senhor gosta e, portanto, não estou aqui para boicotar o Entroncamento. Estou aqui para fazer do Entroncamento aquilo que nunca se conseguiu que ele fosse, ao longo destes quarenta ou cinquenta anos. Porque nunca se pensou o Entroncamento. -----

----- Isto é muito bonito vir para aqui que estamos todos de acordo. Pois estamos. Há anos, que o PSD diz que a Câmara precisa de uma equipa multidisciplinar para receber as pessoas, para acompanhar. Estamos de acordo. Mas não há. -----

----- Há muito tempo que dizemos que o Entroncamento tem de ser pensado de “A” a “Z”, que a Estação tem de ser um projeto de todos e que temos de ir todos falar com o IP. Estamos de acordo, mas não fazemos. -----

----- Há muito tempo que dizemos agora que têm de vir para cá cem casas, porque há um apoio do Estado e o problema principal desta terra é a habitação. Não, nesta terra, o problema da habitação é como em qualquer parte do país. É um problema nacional. Que o Governo não resolveu e que está a empurrar para as câmaras resolverem e está tudo bem. Quem pode resolve. Mas não é o caso do Entroncamento. -----

----- O senhor sabe quantos blocos de habitação social foram aprovados há poucos meses? Sabe, não é preciso eu fazer a conta. Agora vamos aprovar mais cem habitações a custos controlados que, o senhor não explicou, mas resultou para mim claro, que não se sabe se é para jovens, se é para oriundos daqui ou oriundos de fora, que provavelmente não vai resolver o problema do senhor referido pelo deputado Pedro Gonçalves, de sair de casa, provavelmente não vai. -----

----- Nós até já fomos informados que os apartamentos são para vender, por uma pessoa da Câmara. Portanto, os senhores entendam-se. Vejam se sabem o que é que estão a pensar, o que é que estão a definir, o que é que vai ser isto e, sobretudo, pensem que infraestruturas vão oferecer, a todos os entroncamentenses, para virem para cá morar. -----

---

----- Já agora, agradecer a agenda, mas nós não precisamos, o nosso planeamento está há muito tempo feito. -----

----- Pede a palavra o senhor **deputado Mário Balsa**: Antes de mais, quero cumprimentar todos os presentes, cumprimentar a Mesa, na pessoa do senhor Presidente, cumprimentar os meus colegas deputados de todas as bancadas. -----

----- Já faz algum tempo que não intervinha neste fórum, embora e naturalmente, estando presente, vou acompanhando as discussões. Mas este assunto, particularmente, é um assunto que me toca muito. E toca-me muito, curiosamente, pela mesma razão que toca à deputada Paula Carloto. Porque estou fora, infelizmente estou fora, porque para exercer a minha profissão tive de sair de cá. Mas estou cá sempre, como estou hoje. E gosto desta terra. -----

----- Por isso mesmo, vejo com bastante espanto, a escalada de preços a que se está a assistir no mercado imobiliário no Entroncamento. A especulação mais profunda que está a acontecer, ao ponto de o Entroncamento não estar mais barato do que qualquer uma das próximas periferias de Lisboa. Aliás, a renda média atual no Entroncamento, é mais alta que a minha renda em Lisboa, no Centro da Cidade. Já tem uma série de anos. E portanto, perante estes dados, e sabendo eu o que está naquela Portaria, conhecendo muito bem o programa Mais Habitação, conhecendo muito bem o que está a ser desenhado, por ter consultado, não há razão nenhuma para se duvidar da questão da renda, ou do arrendamento. A minuta do contrato diz taxativamente que é para arrendamento. -----

----- E sim, este é um programa do Governo, em que a câmara, ou as autarquias (todas e não só a do Entroncamento) foram chamadas a colaborar. E nós, ao votarmos contra, rejeitamos liminarmente dezassete milhões de euros de investimento no Entroncamento. Investimento governamental, que não é da Câmara e que permite resolver o problema dos entroncamentenses. -----

----- Claro que vai permitir também que outras pessoas venham e são bem-vindas. Precisamos de continuar a crescer enquanto cidade, a todos os níveis. Mas se queremos crescer, ao nível da educação (que eu gosto particularmente como todos aqui sabem), se queremos crescer ao nível da saúde, se queremos crescer ao nível da qualidade de vida, temos de ter cá pessoas qualificadas. Temos de ter cá massa crítica. Temos que atrair os jovens que saem para estudar, para cá. -----

----- Desengane-se quem acha que rejeitar uma estratégia de habitação destas, e sim os Governos até aos dias de hoje, todos eles, foram incompetentes na estratégia habitacional. Está-se a tentar agora dar uns passos na correção desse problema e ao que é que assistimos? Ao que aconteceu no Entroncamento. Mas o que aconteceu no Entroncamento, não está a acontecer só no Entroncamento, calma, parece-me que começa a haver aqui uma certa estratégia concertada. Não sei se será nacional, veremos daqui a algum tempo. Gostava que não fosse, gostava que fosse apenas uma coisa local. Porque se me preocupo com a minha cidade, e muito, também me preocupo muito com o meu país e, portanto, não gostava que os erros do Entroncamento servissem para o resto do país. Gostava até que servisse de exemplo para aquilo que não se deve fazer no resto do país. -----

----- Portanto, nesse sentido e voltando à minha linha de pensamento, eu vejo como uma oportunidade, depois de todas as asneiras que foram feitas neste processo, vejo como uma oportunidade única esta recomendação, para reabrir esta discussão, nos termos certos, entre partidos responsáveis como o PS e o PSD, que foram os dois partidos que fundaram o nosso país como ele existe hoje, com todos os defeitos que tem, mas também com todas as virtudes e que, em tão curto espaço de tempo, conseguiu sair de ser um país terceiro-mundista, para ser um dos países mais desenvolvidos do mundo. E isto devesse a dois partidos que, em conjunto, governaram o nosso país e que cometeram erros, mas que também cresceram muito e fizeram-nos crescer muito. -----

----- E eu gostava que este ponto saísse desta Assembleia, como a ponte necessária para voltarmos ao caminho certo, naquilo que é uma estratégia de âmbito nacional, como a senhora

---

deputada disse, e bem, é de âmbito nacional, mas que não se trata de empurrar com a barriga para lado nenhum. Trata-se de pedir àqueles que têm a capacidade no terreno, de operacionalizar rapidamente, pedir-lhes a eles que o executem em nome do Governo. Foi isto que foi feito ao Entroncamento e foi feito no país todo. E se nós não temos a capacidade no Entroncamento de dizer presente, vamos responder às necessidades dos portugueses, vamos responder às necessidades dos entroncamentenses, o que é que o PS e o PSD estão a fazer aqui? Porque só connosco, de mãos dadas no executivo municipal e aqui nesta Assembleia, só assim é que nós vamos ter a capacidade de resposta. Não é por mandarmos os dezassete milhões de euros para trás, lembrem-se disto, não é por mandarmos dezassete milhões de euros para trás, que vamos ter uma estação. Aquele dinheiro não é substituível para mais sítio nenhum. Mandarmos dezassete milhões de euros para trás, é perdê-los de vez. -----

----- Portanto, eu faço um apelo a todos os que estão nesta casa. Vamos de uma vez por todas unir-nos e vamos aprovar isto, e vamos exigir a que o executivo, todo ele, que está aqui presente hoje, que siga o caminho da racionalidade, siga o caminho daquilo que é a resposta necessária para os entroncamentenses. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: A questão nem pode ser ideológica, porque *The house of Estate* ou *Surreal Estate* de 2021, relata que o país que todos nós gostaríamos de morar, principalmente algumas pessoas que já estão com um sorriso entre dentes, gostariam muito de morar, porque são empresários ou têm alguns negócios e gostariam de morar na Holanda, tem só 29,2% de casas do Estado. E se a gente for para Viana de Áustria, o número atinge 48%. Incrível. Zurique, que não é da União Europeia e que está fora disto, tem 32%. Zurique, a capital da banca. -----

----- Eu não percebo, e não percebo quando se compara com a Estação. Porque nesta Assembleia, em outros mandatos, fez-se aqui e tentou-se bater o pé em torno de uma proposta, agenda conjunta, e certas bancadas, que apoiaram certos governos que deixaram vir para cá, por exemplo, a geringonça, essa sim, a verdadeira geringonça de todas que é a que está na Estação do Entroncamento, essas bancadas não andaram para a frente! Porquê? Porque tinham apoiado um executivo municipal que tinha deixado que aquilo acontecesse. -----

----- Este dinheiro é do PRR para habitação e única e exclusivamente para habitação. Estes dezassete milhões, dão para construir casas, não dão para construir piscinas; dão para construir casas, não dão para construir estradas. Não dão para construir escolas e muito menos uma estação. Muito menos para construir uma estação a passar por baixo da terra, como nós já pensámos e que a IP se recusou porque ia dar duzentos mil milhões ou lá o que era. Uma conta impensável. -----

----- Eu peço a todos nós, que pensemos no Entroncamento e se queremos pensar no Entroncamento e não temos agendas, porque se há aqui alguma pessoa que está livre de agendas, eu sou uma delas. Nós temos de seguir as melhores práticas dos países liberais! E a Holanda, melhor do que nós, o fez e continua a fazer. 29,2% era bom que todos pensassem. --

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gomes**: Só para concluir com duas ou três notas e para dar uma resposta à senhora deputada. -----

----- Eu sei que murou no Entroncamento, viveu no Entroncamento, mas existe aqui uma pequena diferença entre nós os dois. É que eu sou um jovem, quero fazer o mesmo que você fez, mas não consigo. Não consigo, porque atualmente o Entroncamento não o permite. As rendas são caras, as casas são caras. Um jovem da classe média, não consegue. É a diferença que existe entre nós os dois. -----

----- Outra questão, a senhora deputada falou aqui por alto que um funcionário da Câmara lhe tinha dito que as casas são para vender. Não há ninguém superior à Lei. Ninguém. E a Lei está específica. -----

----- Se nós somos tão bons a copiar exemplos de outras Câmaras, e recorro novamente a Assembleia de vinte e três de fevereiro, quando foi apresentado um programa da Assembleia Municipal Jovem, exatamente igual ao da Câmara Municipal de Ourém, então vamos seguir

---

também a Câmara Municipal de Ourém, que aprovou agora mais quarenta fogos de habitação deste Plano. Vamos fazê-lo. Já que sabemos copiar para umas coisas, vamos copiar para outras. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Carla Sarroeiro**: Sendo de cá, vivendo cá, trabalhando cá, tendo uma renda de casa, um estabelecimento, as minhas contas, revejo-me e vejo-me, futuramente, se calhar, a precisar de uma casa. -----

----- A minha filha anda na ginástica, era para ter um treinador ótimo, que vem do Porto e dá aulas aqui, vive numa autocaravana, porque não tem dinheiro para alugar uma casa. E sempre que pode, agarra na autocaravana e vai ao Porto para estar perto dos filhos. -----

----- Por tudo isto, eu, como deputada do Chega na Assembleia, eu digo sim à recomendação apresentada pelo PS. -----

----- Solicitou a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Só para dizer ao senhor deputado Mário Balsa, que a sua intervenção foi inteligentíssima. É pena é que essa boa ideia de conjugação entre o PS e o PSD não se ponha em todos os momentos e só se põe quando a agenda, e o interesse, está do vosso lado. -----

----- Em relação a si, deputado Pedro Gomes, acabou por bater no ponto certo. A minha grande pena, é que ao fim de cinquenta anos, você está na situação em que eu estive. Eu saí de casa dos meus pais e tive de ir trabalhar para Lisboa. Comprei casa em Lisboa, onde vivi durante o meu período profissional e ainda hoje vivo durante o meu período profissional. Porque o Entroncamento não teve, há cinquenta anos condições, como ainda hoje, nenhum de nós que está nesta sala e os que por aqui passaram, conseguiram criar para as nossas crianças e jovens. Portanto, você está tão mal como eu estive há cinquenta anos. -----

----- Por último, só gostava de dizer duas coisas. O dinheiro não é substituível e que fique claro que ninguém disse que com este dinheiro vão fazer outra obra qualquer. Mas que fique claro também, que esse dinheiro que a gente diz que vem do PRR, é nosso. Somos nós que o pagamos. Portanto, não é um dinheiro que cai do céu. É dinheiro que sai dos nossos bolsos, dos nossos impostos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, colocou de seguida a recomendação apresentada pela bancada do Partido Socialista, à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO** -----

----- A Recomendação apresentada pela bancada do Partido Socialista, foi **aprovada por maioria**, com 14 votos a favor, sendo 8 votos do Partido Socialista, 1 voto do Bloco de Esquerda, 1 voto da Centro Democrático Social – Partido Popular, 1 voto da Coligação Democrática Unitária, 1 voto do Partido Chega, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, 9 votos contra, sendo 7 votos do Partido Social Democrata e dois votos dos deputados Independentes. -----

----- Foi apresentada pela bancada da CDU a seguinte Moção: -----

#### **MOÇÃO** -----

*“Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação -----*

*Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. -----*

*Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias. -----*

*Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à revelação do sector. -----*

---

*Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o necessário e urgente investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. -----*

*Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. -----*

**A Assembleia Municipal de Entroncamento reunida a 28/09/2023 delibera: -----**

- *Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----*
- *Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----*
- *Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes; -----*
- *Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.» -----*

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Esta moção apresentada pela CDU e com toda a pertinência, porque nós mesmos apresentámos uma recomendação que versa sobre o mesmo assunto, estende-se sobre a participação do setor público na resolução deste problema, ou pelo menos na mitigação de alguns problemas que vão surgindo. -----

----- Mas como na recomendação também se falava da importância do setor privado, há aqui um conjunto de considerandos, e que nós temos de mobilizar também, até para a reabilitação urbana, que será muito complementar, mas é preciso criar ferramentas que efetivamente simulem isto, que não assente apenas em “ok, vou começar a procurar imóveis para reabilitar, que os outros estão substancialmente mais caros, para fazer algum dinheiro”. -----

----- Ou seja, apenas a especulação facilita a reabilitação urbana. As cidades não podem ser dónutes, sobretudo uma tão pequena como a nossa, com os seus 13,4 Km<sup>2</sup>. E por essa mesma razão, acho que esta moção (e entendo aqui a bancada do Partido Socialista) tem aqui uma dimensão muito doutrinária, que ignora o privado e, inclusivamente num parágrafo, coloca o ónus todo no Estado. É óbvio que o Estado tem também a obrigação de criar um conjunto de medidas que, efetivamente, promovam isto e incentivem o privado a fazer este tipo de intervenções. -----

----- Outra questão tem a ver com os municípios. Não se trata de empurrar a responsabilidade para os municípios. É que os municípios são melhores parceiros da Administração Central nesta matéria. É quem conhece os territórios, é quem conhece as suas populações, é quem conhece as necessidades e, por essa mesma razão, também julgo que são até aqueles que estão em melhores condições de priorizar investimento. E como está mais do que visto que o mercado não se regula sozinho, o papel do Estado é muito importante nessas duas dimensões, quer na intervenção direta, como falámos também na recomendação anterior, quer no estímulo do privado para que os imóveis devolutos tenham gente a viver. -----

---

----- Depois, também criámos aqui, se calhar tardiamente, medidas. A verdade é que foram anos e anos perdidos de falta de políticas de habitação, porque não era um problema, e devíamos confiar no mercado. A oferta pública de habitação que vai além da habitação social, é muito importante. -----

----- Depois fala também na questão dos juros. Senhora deputada, há uma semana foi aprovada a bonificação dos juros durante vinte e quatro meses nas taxas de juros das famílias com taxas de esforço superior a 35%! O valor total desse investimento são cerca de duzentos milhões de euros. Também não percebo aqui estar a solicitar novamente que se faça essa intervenção. A medida daquilo que possa ser em relação ao tamanho dos preços, sim. Poder reavaliar e julgo que poder reforçar essa medida. -----

----- E depois, temos aqui uma menção que eu entendo e nós estamos perfeitamente de acordo, no papel importante que a Administração Central tem nisto. Agora a parte deliberativa é um descabimento. Fala aqui em isenção de pagamento de parcela de capital. Está a falar em perdão de dívida? Eu acho que não é isso que se trata. É de apoiar as pessoas numa dificuldade. Eu pelo menos, tenho também crédito à habitação e felizmente não estou nessas condições, também me acautelei e adquiri um imóvel consentâneo com eventuais subidas, mas a verdade é esta, eu não sou caloteiro. Eu assumi um contrato com uma entidade bancária e quero manter a relação de confiança com ela. E naturalmente isto incide sim sobre os juros. Querem arranjar medidas publicas que mitiguem esse impacto, de outra forma, sim. Agora isto era dar um tiro no porta-aviões daquilo que é a relação contratual que se estabelece entre duas entidades. -----

----- Depois, a questão de exigir do Governo uma intervenção fixando a descida do valor das rendas apenas nos 0,43% em vez dos 6,94% que estão previstos no mecanismo automático. Perfeitamente de acordo. Mas que eu saiba, ainda não houve nenhuma indicação que ele seria assim fixado e que não haveria aqui alterações, excetuando algumas manchetes de imprensa. São só manchetes de jornais. -----

----- Depois, apelar à participação da população em ações convocadas para o próximo dia 30, em defesa do direito à habitação. Esta bancada saúda a mobilização de todas as pessoas em defesa dos seus direitos. Se for para informar, tudo bem. Agora para nós deliberarmos sobre isto, não me parece que em sítio nenhum da (lei) 75 de 2003, esteja nas competências da Assembleia Municipal exortar a este tipo de mobilizações. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: A minha intervenção é muito rápida e agradecia que fossem controlados os tempos de intervenção, para ver se há aqui alguma paridade, porque às vezes há uns deputados que falam muito e outros, quando querem falar, estão um bocado aperreados. -----

----- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia**: Desculpe, mas eu não cortei a palavra a ninguém. Há pouco, chamei a atenção para as horas, mas não cortei a palavra a ninguém. Nós estamos aqui para gerir esta reunião e este ponto já devia ter terminado há quinze minutos. Portanto, não venha com essa história da desigualdade, porque todos têm falado o tempo que querem. Mas há limites. Portanto, faça o favor, retire esse comentário que é completamente despropositado e conclua a sua intervenção. -----

----- Continuou a senhora **deputada Paula Carloto**: Na minha última intervenção fui cortada, mas não é grave. Só para dizer que ressalvamos aqui o apelo à participação, porque aí concordo com o ponto de vista dos princípios e da administração, que não faz muito sentido. Nós fazemos estas exortações à participação, mas fazendo esta ressalva nós vamos votar favoravelmente a moção apresentada pela CDU. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, à votação: -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

----- A Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi **rejeitada por maioria**, com 14 votos contra, sendo 8 votos do Partido Socialista, 1 voto do Partido Chega, 1 voto do

---

Centro Democrático Social – Partido Popular, 2 votos dos deputados independentes e 2 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista, e 9 votos a favor, sendo 7 votos do Partido Social Democrata, 1 voto do Bloco de Esquerda e 1 voto da Coligação Democrática Unitária. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** fez uso da palavra, para questionar quem pretendia intervir, recolhendo as intervenções para tentar agilizar e dando posteriormente a palavra. Pediram a palavra os senhores deputados Pedro Gonçalves e Ricardo Antunes, as senhoras deputadas Catarina Silva e Maria do Céu Carvalho e o senhor Presidente de Junta Ezequiel Estrada. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Mais uma vez boa noite, quero trazer aqui alguns assuntos, um deles é algo que me deixa bastante preocupado, porque as CAF's das nossas escolas estão sem as condições mínimas exigidas e, quando eu digo mínimas exigidas, algumas delas estão a decorrer em corredores, tudo bem que tenham sido adaptados, mas acho bastante imprudente, indigno e incoerente. Depois exigem que seja uma escola inclusiva e que as CAF's também sejam inclusivas, eu não estou a ver um aluno com espectro do autismo a conseguir ser educado num corredor. São incoerências, para mim continuo a dizer que talvez seja só apenas e só o aspeto da gestão escolar que não está a ser o correto ou então quero acreditar, e isto sou eu a querer acreditar, que não se está querendo, já que existe falta, uma suposta falta, volto a dizer, eu acho é que existe má gestão dos recursos existentes, nem um contentor climatizado se disponibiliza para as CAF's, inclusivamente duas, a IPSS tem que pagar um valor mensal de arrendamento, de algo que queiram chamar para custear, mas acho que fica bastante indigno, tanto o trabalho das pessoas que lá trabalham, como sobretudo a questão da escola a tempo inteiro que é tão defendida e as crianças estão sem condições. É preciso que se pense e rapidamente. Há escolas que têm bastantes crianças do espetro do autismo e com esse espetro é muito difícil dar condições necessárias para que isso possa acontecer. -----

----- Entretanto, queria também falar do arvoredo e da falta do regulamento. O arvoredo continua a ser mal gerido, continuamos a ter árvores com ramos a cair, continuamos a ter árvores mais altas, mais baixas do que uma pessoa de estatura média, mais baixas do que os carros estacionados, continuamos a ter problemas com o arvoredo e o regulamento, a recomendação do regulamento, que é para cumprir, uma norma ainda não existe, pergunto como é que está. -----

----- E por fim para não me alongar que a noite já vai grande, a falta de um Coordenador de Proteção Civil, nós precisamos urgentemente de cumprir a legislação e precisamos de contratar alguém para o nosso Município, não estou a dizer que quem está, neste momento, não faça um bom trabalho, mas é exigido que seja alguém com qualificação superior, era bom e de bom-tom, caso aconteça alguma coisa que nós não sejamos incautos e não estejamos a não cumprir. -----

----- Voltando ainda à Proteção Civil, eu duvido muito que qualquer pessoa que trabalhe na Proteção Civil conseguisse dar o aval à permanência pelo menos de algumas das CAF's da nossa cidade, porque não têm as mínimas condições, e a segurança das crianças é de nós todos, desde os políticos aos políticos decisores e às pessoas que tomam conta delas. Volto a lembrar, é urgente que se trate condignamente as Componentes de Apoio à Família que são parte da escola a tempo inteiro, que a Câmara Municipal tem esse dever. Muito obrigado. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Maria do Céu Carvalho**: É muito breve e queria só perguntar ao senhor Presidente, se me puder responder, em relação à questão do investimento da biblioteca, em relação a livros, vídeos, CDs; isto tudo porquê? Porque fui interpolada por uma situação de crianças que ao virem à biblioteca tinham os mesmos livros e não tinham novos para poder requisitar, e eu não tenho conhecimento, é mesmo com base nessa falta de conhecimento. Se há algum investimento mensal, trimestral, anual, o recheio de uma biblioteca é importante, não é só livros, mas também, multimédia, CDs, DVDs. Se há, de

---

facto, investimento, se há uma verba, um montante, ou se não tem esta premissa de ser trimestral, semestral. Depois os nossos jovens, por muito que a gente os tente cativar na questão da leitura, não dá, quando os livros são os mesmos, eu já lá fui e não consegui trocar porque, entretanto, já tinha lido aqueles, nomeadamente os que são para aquelas idades. Só queria saber isso, não estou a dizer que não existe, queria mesmo saber em termos informativos. Muito obrigada. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente de Junta Ezequiel Estrada**: Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Na qualidade, também aqui presente a Junta de Freguesia, algumas informações que são inerentes ao trabalho exercido pela Junta de Freguesia, e neste caso, tem a ver com a questão com que fomos surpreendidos, com este fluxo migratório e a freguesia de Nossa Senhora de Fátima tem sido realmente onde se tem verificado este maior afluxo, atendendo a situações que requerem a questão do atestado de residência, que é uma competência própria da Junta de Freguesia, mais ninguém o pode emitir e por vezes há tentativa, não digo que na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima tenha havido tentativas de suborno, mas há tentativas de influenciar de modo a que seja emitido o atestado de residência sem que a documentação seja a mais adequada. Neste momento estamos a encontrar já algumas medidas, estrangeiros que já tiveram entrada no país pela fronteira aérea e agora estão a tentar, os mesmos, pela terceira ou quarta vez pela fronteira terrestre, ou seja, muitos deles, com entrada por Madrid e depois veem pela fronteira terrestre que é o mais fácil. Parece-me que há aqui uma lacuna muito grande, já todos demos por isso, que é a questão da intervenção do SEF, que não tem intervenção nenhuma, ou seja, a gente vê as notícias, 270.000 pessoas, de diferentes nacionalidades, à espera de serem atendidos, 1.600 trabalhadores, que eles dizem, no atendimento, mas continuamos com esses números elevados. À mercê desta situação, há muita dificuldade na Junta de Freguesia para dar resposta a estas situações, optamos por dirigir ao Senhor Presidente da República uma nota a dar conta das nossas preocupações e a nossa disponibilidade para podermos aqui ultrapassar e criar alguma dinâmica mais leve para emitir o atestado de residência para estes emigrantes que normalmente é para inscrever crianças na escola, e para acesso ao centro de saúde. Portanto, não há aqui outra intenção senão que os organismos competentes para determinadas áreas deem alguma ajuda nesta situação, para aliviar a responsabilidade da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da República recebeu, diz que compreende, dado que deu toda a atenção à situação e escreveu há dois ou três dias a dar conta disso e que remetia para o Senhor Primeiro-Ministro esta situação dada a preocupação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Só para dar nota e como tem sido hábito nas anteriores assembleias, desde janeiro até agora, tenho aqui o registo de hoje, 1.107 estrangeiros que entraram pela primeira vez a registar, a pedir um atestado de residência na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Não contando com aqueles que nós rejeitámos porque a documentação não estava em ordem, que não serão tantos, mas são bastantes. Há uma proximidade da freguesia de Nossa Senhora de Fátima para o efeito, para o concelho do Entroncamento, não ponho em causa se por questões de habitação mais acessíveis, não está em causa isso, é apenas dar esta informação. A preocupação que temos neste momento na Junta de Freguesia é cometer algum erro em admitir alguém residente na freguesia que não esteja devidamente identificado para o efeito. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **deputado Ricardo Antunes**: Obrigado Senhor Presidente. Eu queria começar por fazer uma saudação particular às nossas associações e a muitos dos nossos jovens que voltaram recentemente, depois das merecidas férias, às diversas atividades, quer sejam do âmbito desportivo ou cultural. E mais recentemente no âmbito cultural, o teatro através do grupo Carruagem 23, uma oferta que tardava, mas que felizmente houve iniciativa para surgir no Entroncamento. Saúdo-as todas, na figura de duas, que, entretanto, neste mês de setembro normalmente têm muita intensidade de atividades, é uma reentrada em força no

---

após férias. Corporizo isto no Moto clube *Os Fenómenos* que realizou mais uma concentração com grande sucesso e que com toda a certeza tem dado uma grande vida à cidade em todas as concentrações que têm realizado. E também o incontornável *Remember Entroncamento*, que puxa para nós o imaginário da noite mais longínqua, eu nessa altura ainda não podia sair à noite, mas que construiu uma juventude, edificou uma juventude do Entroncamento, homens e mulheres de hoje e sobretudo que criou laços. Saudar esta organização, que é da Casa do Benfica, corporizada pelo nosso amigo Quitó, que é efetivamente uma festa de reencontros e manifestar a vontade que o *Remember Entroncamento* continue a ser uma festa de reencontros, e que possam, em breve e se possível, ser criadas condições para voltar a realizar-se na nossa cidade para reforçar ainda mais esse imaginário. -----

----- Depois queria lançar aqui uma questão que já abordámos em tempos, aquando da vinda do Senhor Comissário da PSP aqui à Assembleia Municipal no âmbito da estratégia estabelecida com todos os partidos para reivindicarmos uma intervenção naquilo que era o estado da PSP, a falta de recursos humanos, mesmo a questão das instalações que, e bem, tendo ele acabado de assumir funções, que voltasse à Assembleia Municipal seis meses depois para poder já dar um retrato mais fiel daquilo que era a ação dele no campo e que estratégias tinha desenvolvido. Pedia então ao Senhor Presidente da Assembleia, se fosse possível, e também gostava de ouvir as outras bancadas sobre isto, mas julgo que era pertinente convidar o Senhor Comissário para podermos falar sobre estas questões novamente. Sobretudo porque tem acontecido alguns casos de incivilidade, estou-me a recordar, por exemplo, da esplanada do Cais do Bonito, um café que está situado dentro do Parque do Bonito, ter ido parar dentro da albufeira e por essa razão também questionar aqui um conjunto de situações, que pelo menos não tenho conhecimento do desenvolvimento e gostava de ter aqui algum esclarecimento. -----

----- Aquando da assinatura do protocolo com o MAI, o Senhor Ministro referiu que sabendo dos problemas todos que a contratação pública traz e a demora que coloca nos processos, gostaria que a consignação da nova esquadra do Entroncamento fosse realizada em setembro. Ora, estamos em setembro e por essa mesma razão eu gostava também de saber se há essa perspetiva, que na altura até era algo ambiciosa, de consignar finalmente essa obra. -----

----- A outra questão também tem a ver com outro protocolo assinado, neste caso com a PSP, também não conheço aqui desenvolvimentos, e gostaria de saber se existe algum impasse ou algum impedimento com a PSP ou com a Comissão Nacional da Proteção de Dados para a implementação da videovigilância. -----

----- Outra questão também relacionada com isto, vai sendo falada, normalmente para nos lamentarmos, mas também não podemos cruzar os braços e, para a qual, se calhar temos que procurar outras estratégias, que é a questão dos guardas-noturnos. Eu sei que é muito difícil recrutar, não é uma função apelativa, e a retribuição não é atrativa aos dias de hoje. Peço também um ponto de situação se ainda existem guardas-noturnos, se estão efetivamente a prestar serviço na cidade e se se pensa em tentar arranjar aqui uma solução alternativa, tendo em conta que devemos enquanto agentes públicos, tentar coadjuvar aquele que é o trabalho da PSP na garantia da ordem pública e da segurança na cidade. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Catarina Silva**: Boa noite a todos novamente, eu queria só relembrar aqui uma situação constrangedora, nomeadamente na Rua Brito Capelo estão espalhados fios em árvores que passam por cima dos telhados de habitações, que causam um impacto visual desagradável e alguns constrangimentos aos moradores. Era importante, se calhar, a autarquia apurar a quem pertencem os referidos cabos e porque é que estão naquelas condições. -----

----- Depois outra questão, ocorre na Rua Luís Falcão de Sommer, o pavimento ou as grelhas dos antigos repuxos encontram-se danificados, desnivelados. Há pessoas a caírem, há crianças que vão a correr e ficam lá com o pé preso, para não falar que quando chove muito a

---

quantidade de lixo que de lá sai de dentro, para os comerciantes e para as pessoas que ali passam não é agradável. -----

----- E outra situação na mesma rua, é o facto de alguns contentores do lixo terem as fechaduras ou os fechos, ou o quer que seja, danificados. Até podem trocar os sacos do lixo, mas como as portas abrem com o vento, as pessoas põem o lixo e o lixo vai para o chão, portanto não adianta fazer a limpeza da rua se o lixo dos contentores vai para o chão novamente. -----

----- Outra situação dramática, que acho que se vive neste momento no Centro de Saúde do Entroncamento, nomeadamente no UCSP em que, segundo dados da própria unidade, 5.800 utentes estão sem médico de família e centenas de pessoas não se conseguem inscrever na mesma. Esta situação está a levar as pessoas a procurar vagas em outros centros de saúde próximos, mas também não estão a conseguir por não haver vagas nos mesmos. Acho que era bom e importante que a autarquia apurasse um pouco ou tomasse conta destas situações. Obrigada. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Paula Carloto**, na sequência da intervenção do deputado Ricardo Antunes, manifestou interesse **em** serem chamados os representantes da segurança no Entroncamento, proposta que considerou pertinente. O PSD acompanha completamente essa proposta. Quando o Presidente quiser, conte com o nosso apoio para essa convocação, para termos mais uma vez uma Assembleia, para falarmos desse assunto e sabermos o que é que o Entroncamento precisa, é para isso que a gente cá está, saber o que o Entroncamento precisa. Aproveito para dizer nesta intervenção, para dar também os grandes parabéns à casa do Benfica, embora eu seja do Sporting, os parabéns à casa do Benfica e ao Quitó pela maravilhosa organização que todos os anos faz; o *Remember Entroncamento* começa a ser uma marca da cidade e isso é muito importante para nós. Reitero também que é uma pena que não se realize no Entroncamento e também faço um apelo aos nossos autarcas que para o ano possam mais massivamente estar representados. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que respondeu às questões colocadas pelos senhores deputados: Muito boa noite senhor Presidente, senhores deputados, queria também cumprimentar o público presente, quer na nossa sala da Assembleia, quer em casa a seguir-nos pela transmissão em direto. Queria em primeiro lugar agradecer à Assembleia pela posição tomada relativamente ao importante projeto, que nós não podemos deixar de realizar, que é aproveitar a disponibilidade das políticas públicas para podermos construir cem novos fogos a investimento zero do Município. O Executivo está empenhado e vai continuar empenhado, pelo menos parte dele, espero que esta recomendação se faça no sentido de levar a fazer o que todos os outros municípios da CIMT estão a fazer, e muitos a nível nacional. -----

----- Relativamente às questões que aqui foram colocadas, só dizer que a CAF não funciona em corredor, o senhor deputado Pedro Gonçalves não está bem informado e convido a visitar as CAF's connosco quando quiser, houve necessidade de facto de ajustar espaços, porque nós temos no início do ano letivo um aumento significativo de alunos, este ano temos mais cerca de 7,5% de alunos relativamente ao ano passado, criamos mais três turmas, duas turmas ao nível do pré-escolar e uma turma ao nível do segundo ano e foi necessário reajustar espaços, esse reajuste de espaço fez-se em perfeita concordância com o Agrupamento de Escolas e com uma das Associações que explora uma das CAF's. Estão bem instalados, estão instalados em condições, temos de facto um problema no nosso Agrupamento, eu direi, em todos os Agrupamentos que é o número elevado de crianças com necessidades especiais. Decorre da legislação aquilo que nós temos de fazer e é o que estamos a fazer, nós e o Agrupamento. As nossas intervenções na educação são sempre em sintonia com o Agrupamento. O Agrupamento mudou recentemente, já vai quase há três meses, de direção, mas para nós é igual, nós sempre trabalhamos em sintonia, vamos continuar a trabalhar em sintonia com o Agrupamento e com a nova direção temos também trabalhado, como disse, nós resolvemos

---

todos os assuntos, todas as necessidades, novos espaços em conjunto com o Agrupamento e todos os alunos estão bem instalados; infelizmente, ou felizmente, temos as escolas cheias, infelizmente porque há um projeto de reabilitação de reconstrução da Escola Sophia de Mello Breyner que foi chumbado, que ainda não conseguimos recuperar, mas mesmo assim nós estamos a responder com eficácia às necessidades dos nossos alunos. -----

----- Relativamente à falta de Coordenador de Proteção Civil, nós temos um Coordenador de Proteção Civil com habilitação só que está neste momento, prerrogativa pessoal, a desempenhar outras funções e temos um Encarregado de Proteção Civil, que a nós nos dá total garantia, mas de qualquer modo eu assumo que nós continuamos a pensar, não está fechado e a recomendação do senhor deputado será com certeza tida em atenção. -----

----- O senhor deputado Pedro Gonçalves falou num aspeto que é importante, que é o pagamento que está a ser solicitado às Associações, nomeadamente à ENCOPROF, só á ENCOPROF, porque as Associações de Pais estão isentas, um pagamento de quarenta e cinco euros, isso é um pagamento que decorre da Lei, nós tivemos que o implementar, no entanto, a decisão do Executivo foi que fosse isenta, que a Associação ficasse isentada por um ano, ou seja, nós estamos a aplicar a Lei, mas isentamos esse pagamento durante um ano. Para o ano, logo se vê, vamos ver como é que podemos dar a volta a essa situação se sim ou não, mas são regras que nós temos também de cumprir e fazer cumprir. -----

----- Relativamente à intervenção da senhora deputada Céu Carvalho, o que eu lhe posso dizer é que nós temos um investimento constante na aquisição de novos livros dentro da biblioteca, decorre de um processo, o responsável da biblioteca faz as suas propostas, eu até hoje, nunca alterei nenhuma, nem nunca recusei nenhuma. Todas as propostas que ele tem feito, eu autorizo a aquisição e têm sido feitas aquisições com regularidade. Além disso, temos um conjunto de iniciativas, temos também apoios direcionados às escolas com apoios próprios, temos o programa “Biblioteca Viagem pela Cidade”, temos vários espaços na cidade, onde temos pequenos núcleos da biblioteca para facilitar justamente que as pessoas acedam aos livros, porque nós achamos que os livros são muito importantes e haver um acervo que permita que as pessoas os possam consultar, é muito importante. Eu recordo, já aqui foram feitas recordações de juventude, eu de facto, quer nesta, quer na biblioteca da Gulbenkian, por cima do Scafa, era frequentador assíduo desse espaço. -----

----- Também aqui queria só complementar a intervenção do senhor deputado Ricardo Antunes, dizer que ele referiu de facto, já temos um grupo de teatro e a Associação Carruagem 23 – Artes no Entroncamento está formalmente constituída, irá em princípio apresentar o seu espetáculo, durante a semana de comemorações do aniversário do Concelho. Também dizer-lhe que, dia 3 de outubro, ou seja, terça-feira, em princípio, às dez horas ou dez e meia, salvo erro, irá ser feita a consignação da esquadra e não foi feita mais cedo, porque só depois de termos o visto do Tribunal de Contas, que não dependia de nós, é que nós pudemos avançar com este passo, ou seja, dia 3, formalmente será assinado o acordo de consignação que significa o início da obra da esquadra, é de facto o objetivo que todos nós tínhamos e que está a ser dado o passo mais importante. -----

----- Também relativamente ao processo das câmaras de videovigilância é um processo como todos saberão, pelo menos pela imprensa, de que tem acontecido noutras concelhos, que é um processo longo, é um processo bastante demorado e nós estamos a trabalhar com a PSP e estamos neste momento, na fase de elaboração do pedido de licenciamento, junto da entidade licenciadora que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados; são passos que têm de ser dados sequencialmente, e é isso que estamos a fazer, e volto a repetir, em colaboração com a PSP, quer distrital, sobretudo distrital, temos estado a trabalhar com o Comissário que, a nível distrital, está responsável por esta matéria. -----

----- As referências da senhora deputada da CDU, nós agradecemos, vamos ver o que é se passa. Do “Brito Capelo”, não percebi muito bem, confesso, mas foi, porque não ouvi bem, mas depois até se quiser precisar ou mandar o email, agradecemos e nós estamos sempre

---

atentos e procuramos de facto ir corrigindo as situações menos bem conseguidas que temos na nossa cidade, porque é uma coisa que penso ser transversal a todos nós, independentemente das nossas observações, queremos todos uma melhor cidade, e é para isso que todos nós diariamente trabalhamos. Muito obrigado. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia**, concluiu assim o período antes da ordem do dia, entrando de imediato no período de intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não havendo público que manifestasse vontade de intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** entrou de imediato no ponto 1 da Ordem do Dia. -----

----- **ORDEM DOS TRABALHOS** -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

----- **“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL acerca da atividade do Município, ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Eu tenho uma questão simples, eu li o documento, e não vi, mas pode ter-me escapado, nenhuma referência ao PDM, ou algum tipo de intervenção que esteja a ser feito ou algum pagamento que tenha sido feito no âmbito da prestação de serviços, portanto era para saber se no âmbito do PDM, desde junho até agora, aconteceu alguma coisa. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: Muito bem, queria só realçar, alguns dos aspetos que esta informação tem presente, com certeza que os senhores deputados tiveram ocasião de ler, mas também realçar, de facto, por um lado, a importância que os aspetos da natureza social e da educação, merecem a esta Câmara que estão bem explanados nesta informação e nas outras anteriores. Nós temos hoje equipas multidisciplinares, apesar da senhora deputada Paula Carloto, mais que uma vez, ter referido que a Câmara deveria ter, nós não temos uma equipa multidisciplinar, nós temos várias equipas multidisciplinares, temos uma equipa multidisciplinar a intervir na educação constituída por cinco técnicos, técnicos com formações complementares ao nível da psicologia, da sociologia, ao nível da educação. Temos uma equipa multidisciplinar ao nível da intervenção social, constituída por psicólogas, sociólogas, por assistentes sociais. Temos por isso, várias equipas multidisciplinares, que aliás têm feito um trabalho excelente, e que aqui publicamente queria realçar esse trabalho que tem sido feito. Por exemplo, o CLAIM, que é o centro local de apoio aos migrantes, tem feito um trabalho extraordinário, de tal maneira, que não são só as pessoas que vivem no Entroncamento que usam este serviço como muitas pessoas na região se dirigem ao CLAIM ao Entroncamento, pela sua capacidade de ajudar a resolver problemas. Temos por isso, também uma equipa muito importante ligada com a integração das pessoas, eu bem sei que às vezes as pessoas podem não ter tempo para acompanhar estas intervenções, mas também podiam ter a humildade ou a atenção de ler aquilo que está no relatório que está atualmente e bem escrito. -----

----- Queria também referir que além da consignação da esquadra, como disse que vai acontecer, na próxima terça-feira, iremos fazer a consignação da primeira fase da estratégia local de habitação, durante a primeira quinzena de outubro, em que irá ser iniciada a construção dos sessenta e quatro fogos, já da primeira fase da estratégia local de habitação. ---

----- Iremos também, penso que em princípio a 16 de outubro, colocar em atividade o serviço das bicicletas partilhadas, que é um serviço que nós reputamos muito importante pelas implicações que tem na maioria da mobilidade das pessoas na nossa cidade e no contributo para a redução do CO<sub>2</sub> que é enviado para a atmosfera. É um projeto que numa primeira fase é constituído por sessenta bicicletas, trinta elétricas e trinta convencionais, dez estações e que, numa segunda fase, conjugando com o projeto, também que a CIMT está a desenvolver em conjunto, que os restantes municípios estão a desenvolver, incluindo o Entroncamento, iremos ter mais vinte e seis bicicletas elétricas e mais sete estações. -----

---

----- Também iremos iniciar para o início do mês de outubro a reabilitação da cobertura do Pavilhão Municipal. É de facto um projeto que nós temos, que tem sido sobretudo difícil para encontrar a solução técnica adequada, pensamos que a encontrámos. Conseguimos com os serviços técnicos encontrar uma solução técnica adequada e esta empreitada irá também iniciar-se no início de outubro. -----

----- Também se iniciará durante a primeira quinzena de outubro, um investimento importante da reabilitação, salvo erro, de mais de cento e vinte passadeiras, aliás como fizemos, ainda há dois anos, fizemos a reabilitação de duzentas e trinta e duas, desta vez serão cem ou até um pouco mais. E, portanto, são alguns aspetos que queria realçar. -----

----- Relativamente também à questão que a senhora deputada Paula Carloto, colocou relativamente ao PDM, é assim, a evolução, o ponto de situação, é o seguinte: nós, como sabem, temos ainda o problema da Reserva Ecológica Nacional em espaço urbano, para resolver, nós encomendamos um estudo técnico, com uma entidade, o Instituto Superior Técnico, que fez esse trabalho, foi entregue na APA. A APA, no início das férias, pediu-nos dois ou três esclarecimentos, nós solicitamos a essa equipa que nos tem apoiado para responder a esses esclarecimentos, recebemos essa resposta esta semana, e durante o início do mês de outubro iremos enviar essa resposta trabalhada por nós também, para a APA. Para tentar ultrapassar esse problema, que uma vez ultrapassado estaremos em condições de levar o PDM a aprovação à Câmara, e depois aqui à Assembleia de acordo com aquilo que está estabelecido na Lei. Falta-nos, portanto, fechar esse aspeto técnico que está nesse ponto. Muito obrigado. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, entrou de seguida no ponto dois da Ordem dos Trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO DOIS** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO DE 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico, e na alínea n) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”** -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: É para deliberação, recorde que toda a documentação inerente a este ponto foi distribuída antecipadamente a todos os senhores deputados. -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DOS TRABALHOS:** -----

----- O ponto número dois da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto três da Ordem dos Trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – UM LUGAR DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da mencionada Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: A documentação foi toda entregue, foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara do dia 5 de setembro. -----

---

----- Ninguém querendo intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou-o à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DOS TRABALHOS:** -----

----- O ponto número três da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto quatro da Ordem dos Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

---- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Também para deliberação, foi dada a documentação toda. Só informar e recordar que a Câmara, por maioria, na sua reunião de 19 de setembro, aprovou esta segunda alteração orçamental que está relacionada com investimento de conclusão de alvará de loteamento n.º 1/2017 relativa à Quinta de Santo António, Casal da Galharda. -----

-----Dado que ninguém manifestou vontade de intervir, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto quatro da Ordem dos Trabalhos à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DOS TRABALHOS:** ---

----- O ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **dezasseis votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e, sete abstenções do Partido Social Democrata. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto cinco da Ordem dos Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 3.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e artigo 25.º, n.º 1, alínea o), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Recordo, foi tudo devidamente e em tempo, enviado para os senhores deputados, trata-se de uma deliberação unânime da reunião de Câmara de 19 de setembro. -----

-----Dado que ninguém manifestou vontade de intervir, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto cinco da Ordem dos Trabalhos à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DOS TRABALHOS:** -----

----- O ponto número cinco da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.-----

----- Entrou-se de seguida no ponto seis da Ordem dos Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO SEIS** -----

**“REVISÃO/CORREÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DO ENTRONCAMENTO”** -----

---

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Sobre este ponto, só dizer o seguinte, estas normas já tinham sido aqui aprovadas, na nossa reunião da Comissão Permanente, onde estavam todos representados, representantes das várias bancadas, penso que receberam, pequenos ajustes, foi mais para conhecimento, não sei se alguém quer alterar mais alguma coisa. O documento estava aprovado, trata-se apenas de pequenas correções, tinha a ver com o número de secretários, se um ou dois suplentes, eram coisinhas de pormenor. Alguém vota contra estas pequenas correções, não é documento novo, mas pequenas correções no texto. Sobre isto também recordar o seguinte, aprovámos na última sessão da Assembleia Municipal, nós aprovámos a alteração ao regimento da Assembleia, mas o texto não ficou claro, também trouxe à Comissão Permanente, e foi visto por todos, essa alteração foi aprovada, implica que conste do nosso regimento, do artigo 37, uma alínea f) que diz o seguinte: ... **alínea f) Apresentação e apreciação das propostas aprovadas pela Assembleia Municipal Jovem do Entroncamento.**-----

----- O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto seis da Ordem dos Trabalhos à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DOS TRABALHOS:** -----

----- O ponto número seis da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.-----

----- Entrou-se de seguida no ponto sete da Ordem dos Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO SETE** -----

**“ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, NO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, ao abrigo da al.ª a), do n.º 2, do art.º 6.º, dos Estatutos da ANMP”** -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Não sei se os senhores Presidentes de Junta de Freguesia querem dizer alguma coisa sobre isto. Supostamente é uma eleição. Senhor Presidente, não sei quem é que está para falar, senhor Presidente Ezequiel Estrada, senhor Presidente Rui Maurício. -----

----- Interveio o senhor **Presidente de Junta Rui Maurício**: Boa noite a todos, depois de reunir com o meu colega Presidente Ezequiel Estrada e atendendo à indisponibilidade dele, ficou decidido que irei ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, é só senhor Presidente. Muito obrigado. -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Havendo esta informação, esta comunicação, não sei se acham necessário proceder à eleição porque está aqui no ponto, diz que é eleição. Se for eleição nós temos preparada uma urna e vamos colocar os boletins de voto para que todos digam, portanto, o que está em causa, a proposta de ser eleito o senhor Presidente de Junta de Freguesia de São João Baptista, Rui Maurício. -----

----- Interveio a senhora **deputada Paula Carloto**: Acho que ninguém tem oposição expressa a esse facto, do ponto de vista regimental nós não devemos abrir uma exceção, portanto, eu considero que devemos manter a votação nos termos, é uma pessoa que está em causa, portanto devemos manter a votação nos mesmos termos. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **deputado Ricardo Antunes**: Senhor Presidente, dar apenas uma nota, portanto, o efetivo será o senhor Presidente Rui Maurício e o substituto, o Ezequiel Estrada. É uma alternativa. -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Há concelhos com muitas freguesias, mas não é o nosso caso. Então vamos pôr à votação, temos aqui um efetivo que é o senhor Presidente Rui Maurício e temos como suplente, eventualmente, o senhor Presidente

---

Ezequiel Estrada, basta pôr sim ou não, estamos de acordo? Sim ou não. Então vou pedir que me traga a urna Dona Ana, se fizer favor. -----

----- Interveio o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Senhor Presidente, peço desculpa, mas não tem de ser mesmo nominal? A gente estarmos a dizer sim ou não... não tem de dizer mesmo? Tem de ser nominal creio eu. Eu não sou jurista, se você diz eu acredito. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Como nós sabemos o nome que está em causa, quando há vários nomes em cima da mesa, agora só um, penso que não há problema. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à distribuição dos boletins de voto. -----

----- Efetuada a chamada dos eleitos para recolha dos respetivos boletins de voto, o senhor **Presidente da Assembleia**, com a ajuda da **primeira e segunda-secretária**, procedeu à contagem dos mesmos. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE DA ORDEM DOS TRABALHOS** -----

----- O ponto número sete da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade, com vinte e três votos “sim”**, zero votos “branco”, zero votos “nulos” e zero votos “não”. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Muito obrigado a todos, terminamos os trabalhos e continuação de um bom fim de semana a todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e quinze minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. --

----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1.ª Secretária:

A 2.ª Secretária:

Elaborada por:  
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica  
Sandra Sousa – Assistente Técnica  
Anabela Barroso – Assistente Operacional